



ANEXO AO PONTO IV-1.
DOCUMENTO N.º 11

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Relatório sobre o PAOD

Mandato 2017/2021

Mesa da Assembleia Municipal

2021

INTRODUÇÃO

A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do Município, os seus membros representam todos os munícipes do concelho e a sua atividade visa defender os seus interesses e o bem-estar das populações no quadro da Constituição da República e da legalidade democrática.

Os eleitos da Assembleia Municipal, pela responsabilidade do cargo que lhe foi conferida pelo voto, sentem necessidade de apresentar um pequeno resumo da sua atividade durante o mandato de 2017/2021.

Ao longo deste mandato, tentámos resolver vários desafios de forma consensual para melhorar o encadeamento temporal das reuniões e a divulgação das mesmas.

É provável que este mandato seja recordado como “Mandato Covid”. É inútil enumerar as dificuldades que tivemos de ultrapassar para levar a cabo as nossas responsabilidades, mas pudemos testemunhar a vontade de todas as forças políticas em ultrapassar as dificuldades criadas pela pandemia e continuar e exercer as responsabilidades para com os munícipes do concelho de Setúbal.

Um destaque especial para as Comissões de Trabalho da Assembleia Municipal e para às Comissões Eventuais que foram criadas para tratar de assuntos específicos e que ao longo do mandato fizeram um trabalho meritório, tendo, para desenvolver esse trabalho, exigido um esforço complementar dos eleitos, muitas vezes com sacrifício da sua vida pessoal e familiar para o efeito.

Com a aproximação do término do mandato, decorrido entre 2017 e 2021, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, decidiu na sua reunião de 17/06/2021, solicitar aos presidentes das Comissões de Trabalho da A.M. um pequeno relatório com a atividade desenvolvida pelas mesmas, para que, com base nesses dados a Mesa da Assembleia elaborasse um relatório de atividade do mandato, para apresentação ao plenário. Depois de mais dois pedidos feitos pelo Presidente da A.M., chegou aos serviços de apoio um relatório da Comissão de Economia, Administração e Finanças no dia 23/08/2021.

Após a tomada de posse da Assembleia Municipal, eleita a Mesa e criadas, a Comissão Permanente, foram desenvolvidas ações com vista a resolver ou atenuar alguns problemas sentidos em anteriores mandatos e que era urgente a sua resolução.

A primeira medida necessária era a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, por forma a adaptá-lo às necessidades funcionais da Assembleia.

A segunda medida a tomar foi a alteração da hora de início das sessões da A.M.. A Comissão Permanente decidiu antecipar o início das sessões para os finais de tarde, de modo a procurar evitar o prolongar dos trabalhos pela madrugada, como tantas vezes sucedeu em mandatos anteriores.

A terceira medida, foi criar grelhas do tempo de intervenção no Regimento que permitissem aos deputados e aos grupos políticos saberem o tempo que tinham para intervirem em cada assunto e poderem fazer a gestão mais adequada desse tempo nas intervenções.

A Comissão Permanente na sua primeira reunião do mandato decidiu solicitar à Mesa que apresentasse uma proposta de alteração ao Regimento. Proposta que foi apresentada à Comissão Permanente em reunião de 05/12/2017, para avaliação e contributos, tendo sido remetida e aprovada em sessão ordinária realizada a 21/12/2017.

No final de 2018, após uma profunda remodelação da sala de sessões, foi instalado o programa de gestão de tempos e o respetivo ecrã, o qual veio criar condições para que a Mesa, os eleitos e as várias forças políticas pudessem controlar e fazer uma gestão mais adequada dos tempos de intervenção, nos termos do regimentalmente aprovado.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (PAOD)

O período antes da ordem do dia está fixado na Lei geral em 60 minutos. De acordo com o regimento da Assembleia Municipal de Setúbal o PAOD divide-se em três partes iguais, é destinado pela ordem seguinte:

- a) Ao tratamento, pelos membros da Assembleia Municipal, de assuntos de interesse relevante e à interpelação ao Executivo;
- b) À intervenção do Executivo;
- c) À emissão por alguns dos membros ou pela Mesa de votos ou moções de congratulação, saudação, protesto ou pesar e recomendações.

O PAOD é por excelência uma parte das sessões onde são apresentados documentos, ideias ou intervenções que proporcionem o debate político e o confronto de ideias entre as forças políticas com assento na Assembleia Municipal.

Considera-se que houve uma evolução muito positiva neste mandato no que diz respeito à gestão dos tempos do PAOD e que as sessões da assembleia passaram a ter, por parte dos eleitos, intervenções mais objetivas e rigorosas evitando repetições, contribuindo assim para a dignificação dos trabalhos da Assembleia Municipal.

Segue-se um quadro que mostra a atividade ocorrida durante o mandato, no que se refere ao PAOD, mais concretamente às moções, recomendações, saudações e votos de pesar.

	MOÇÕES	RECOMENDAÇÕES	SAUDAÇÕES	VOTOS DE PESAR
CDU	29	1	4	7
PS	1	1	8	2
PPD/PSD	6	9	4	3
BE	10	7	11	4
PAN	9	36	2	2
CDS-PP	0	4	0	1
PPD/PSD, P3, BE e CDS-PP	1	0	0	0
PAN E BE	1	2	0	0
PAN, BE e PPD/PSD	2	1	0	0
PS, PPD/PSD, BE, PAN e CDS-PP	0	1	0	0
Comissão de ECQS	1	0	0	0
TOTAL	60	62	29	19

Assembleia Municipal de Setúbal
Relatório PAOD – Mandato 2017/2021

Foram ainda apresentados mais um voto de solidariedade e um voto de condenação pelo PPD/PSD.

Verifica-se que dos vários documentos apresentados no PAOD (moções, recomendações, saudações, votos de pesar, votos de solidariedade e de condenação) foram aprovados por unanimidade 58 documentos, foram aprovados por maioria 41, foram reprovados 50 documentos e baixaram às Comissões de Trabalho para uma análise mais detalhada 12 documentos e 1 baixou à Comissão Permanente.

Sessões da Assembleia Municipal

Mandato 2017/2021

Ano	Datas	Sessão	Hora de Início	Local de Realização
2017	12/10/2017	1.ª Reunião de Funcionamento	20h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	11/12/2017	Extraordinária (Eleição da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa)	Das 19h00 às 21h00	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	21/12/2017	Ordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
2018	23/02/2018	Ordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	27/03/2018	Extraordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	27/04/2018	Ordinária	19h30	Salão Nobre - Paços do Concelho
	29/06/2018	Ordinária Descentralizada	19h30	Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-Vinda a Liberdade - Freguesia do Sado
	27/07/2018	Extraordinária	19h30	Salão Nobre - Paços do Concelho
	13/09/2018	Ordinária	19h30	Salão Nobre - Paços do Concelho
	16/11/2018	Ordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
2019	30/01/2019	Extraordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	22/02/2019	Ordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	29/04/2019	Ordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho

Assembleia Municipal de Setúbal
Relatório PAOD – Mandato 2017/2021

2019	27/06/2019	Ordinária Descentralizada	19h30	CCDBA - Centro Cultural e Desportivo Brejos de Azeitão - Freguesia de Azeitão
	27/09/2019	Ordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	08/11/2019	Extraordinária (Audição do Secretário Executivo da AML - Área Metropolitana de Lisboa)	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	22/11/2019	Ordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
2020	17/01/2020	Extraordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	28/02/2020	Ordinária	19h30	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	07/05/2020	Ordinária	19h00	Sala de Sessões - Paços do Concelho
	26/06/2020	Ordinária	19h00	Fórum Municipal Luisa Todi - Setúbal
	29/07/2020	Extraordinária	19h30	Fórum Municipal Luisa Todi - Setúbal
	24/09/2020	Ordinária	19h30	Fórum Municipal Luisa Todi - Setúbal
	13/10/2020	Extraordinária (Eleição Indireta do Presidente da CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional)	Das 16h00 às 20h00	Salão Nobre - Paços do Concelho
	11/12/2020	Ordinária	15h00	Cinema Charlot - Auditório Municipal
2021	26/02/2021	Ordinária	15h00	Cinema Charlot - Auditório Municipal
	28/04/2021	Ordinária	18h00	Cinema Charlot - Auditório Municipal
	25/06/2021	Ordinária	18h00	Cinema Charlot - Auditório Municipal

CONCLUSÕES

Como podemos ver nos quadros, nenhuma sessão da Assembleia Municipal teve mais que uma reunião. Isso foi possível, por um lado, antecipando a hora da reunião e, por outro lado, incluindo no Regimento da Assembleia Municipal, uma proposta de distribuição do tempo de intervenção dos deputados. Para tal, usámos umas grelhas, decididas em Comissão Permanente, que variam consoante o período da reunião, a importância dos assuntos a tratar e a representação das diversas forças políticas.

Considera-se que o resultado foi positivo, ao ser exigido um melhor controlo do tempo dos oradores, o que não impediu nem a vitalidade da Assembleia Municipal, nem a pluralidade democrática da Instituição.

Tentámos descentralizar as sessões. Neste sentido, organizámos uma reunião na Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-Vinda a Liberdade, na freguesia do Sado e uma outra no Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão. Apesar da complexa logística, foi importante levar a Assembleia Municipal para mais perto das populações. Contudo, o distanciamento exigido pela pandemia, obrigou-nos a realizar a maioria das reuniões no Fórum Municipal Luísa Todi e no Cinema Charlot – Auditório Municipal.

Conseguimos, ainda, transmitir *online* as nossas últimas sessões, permitindo aos que não se podem deslocar à Assembleia, o acompanhamento dos trabalhos.

COMISSÃO PERMANENTE

A Comissão Permanente da Assembleia Municipal é formada pelos elementos da Mesa e por um membro de cada partido ou coligação, num total de dez elementos.

Além dos três membros da Mesa, André Valente Martins, Presidente da A.M., Eusébio Candeias, 1.º Secretário, e Yolande Cloetens, 2.ª Secretária, faziam parte da Comissão Permanente, os deputados, João Afonso Luz (CDU), Vítor Ferreira (PS), Paulo Calado (PPD/PSD), Vítor Rosa (BE), Maria Suzel Costa (PAN), João Paulo Viegas (CDS-PP) e Celestina Neves (AC).

A comissão reuniu sempre antes de cada sessão para preparação da ordem de trabalhos, fixação das datas da sessão e da grelha de tempo a usar em cada ponto da ordem de trabalhos, assim como fixação das datas das reuniões das Comissões de Trabalho da A.M.

A Comissão Permanente reuniu 33 vezes durante este mandato, até 28/07/2021, vindo provavelmente a reunir mais uma vez até final do mandato.

Reuniu 3 vezes em 2017, 9 vezes em 2018, 7 vezes em 2019, 8 vezes em 2020 e 6 vezes em 2021.

Das 33 reuniões que a Comissão Permanente realizou, 25 foram para preparação da ordem de trabalhos, duas reuniões foram para substituir as Comissões de Trabalho na análise das propostas para a sessão seguinte da A.M., por razões de segurança durante o confinamento, sendo as outras seis reuniões para análise de diversos assuntos.

Os partidos fizeram-se substituir nas reuniões da Comissão Permanente sempre que os efetivos não puderam participar. Assim, durante o ano de 2017 houve um pedido de substituição do PS. No ano de 2018 houve 9 pedidos de substituição, sendo 3 do PS, 3 do BE e 3 do PPD/PSD.

No ano de 2019 houve 6 pedidos de substituição, sendo 2 do PS, 2 do PPD/PSD e 2 do BE. No ano de 2020, houve 5 pedidos de substituição, sendo 1 da CDU, 1 do PS, 2 do PPD/PSD e 1 do BE.

De salientar o esforço da comissão para reunir com regularidade nos anos 2020 e 2021, por causa da pandemia e das medidas de confinamento e segurança impostas pelo Governo e pela DGS.

Assembleia Municipal de Setúbal
Relatório PAOD – Mandato 2017/2021

COMISSÕES DE TRABALHO E COMISSÕES EVENTUAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apesar de algumas comissões não terem produzido os relatórios, entendeu a Comissão Permanente apresentar alguns dados da atividade das comissões que não produziram relatórios.

A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais realizou 21 reuniões no decorrer do mandato, tendo sido 6 em 2018, 5 em 2019, 6 em 2020 e 4 em 2021.

Realizou 2 reuniões externas, uma com a CPCJ e outra com a Administração do Centro Hospitalar de Setúbal.

No âmbito da discussão da questão da ampliação do Hospital de São Bernardo foram marcadas audições com o Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal, Liga dos Amigos do Hospital de São Bernardo, Ordem dos Médicos da Região Sul – Sub Região de Setúbal e Ordem dos Enfermeiros da Região Sul, mas só a delegação da Ordem dos Enfermeiros compareceu na audição.

A CECQS apresentou uma Moção na Assembleia Municipal sobre este tema, que foi aprovada em plenário.

A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade realizou 31 reuniões para discussão de propostas e emissão de pareceres a apresentar na Assembleia Municipal, tendo sido 10 em 2018, 8 em 2019, 9 em 2020 e 4 em 2021 até à elaboração deste relatório.

A CAUM realizou igualmente 6 reuniões para audição dos petiçãoários da Petição “Não ao estacionamento pago nas zonas residenciais da cidade de Setúbal” e “Travar o projeto da Praça Rio na sua localização prevista” e para elaboração de relatórios.

Foi realizada uma visita à ETAR da Cachofarra.

A Comissão de Economia, Administração e Finanças apresentou um relatório que anexamos e faz parte integrante deste relatório.

Assembleia Municipal de Setúbal
Relatório PAOD – Mandato 2017/2021

A Comissão Eventual “Arrábida sem Carros” foi criada e aprovada por unanimidade na sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2018. Tendo sido prorrogado o prazo por mais três meses na sessão da Assembleia Municipal de 16 de novembro de 2018.

Constatou-se que a Comissão Eventual “Arrábida sem Carros” desenvolveu um imenso trabalho, tendo produzido um relatório final, o qual anexamos e faz parte integrante deste relatório.

A Comissão Eventual de “Acompanhamento ao Projeto de Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal” foi aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 16 de novembro de 2018.

A comissão realizou um número significativo de reuniões com entidades representativas do setor das pescas, organizações ambientais, APSS e Comunidade Portuária.

Realizou uma visita à draga para no local verificarem como estava a decorrer os trabalhos operacionais.

Apesar do imenso trabalho realizado por esta comissão não foi elaborado um relatório final, pelo que não nos foi possível apresentar mais dados.

A Mesa da Assembleia Municipal de Setúbal



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AL

Mandato 2017/2021

**RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS**

- Número de reuniões realizadas:

Realizaram-se, até à data da emissão deste Relatório, 21 reuniões da Comissão, tendo sido 7 em 2018, 6 em 2019, 6 em 2020 e 2 em 2021.

- Temas das reuniões:

Em todas as reuniões foram discutidas as propostas da Câmara Municipal, a serem apreciadas e votadas na sessão seguinte da Assembleia Municipal e que, de alguma forma, estivessem relacionadas com as áreas desta Comissão e emitidos os respetivos pareceres.

- Pareceres emitidos:

Os pareceres emitidos nas reuniões realizadas no mandato, tiveram uma composição muito diversa, remetendo-se para as respetivas atas a sua consulta.

- Entidades envolvidas:

Em todas as reuniões as reuniões da Comissão, estiveram presentes, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos seus membros, vereadores e técnicos da Câmara Municipal, de acordo com os assuntos em apreciação.

- Visitas realizadas:

A Comissão não realizou qualquer visita, durante o mandato.

- Assuntos remetidos à Assembleia:

A Comissão não remeteu qualquer assunto para a Assembleia.

No entanto, em algumas reuniões, foram efetuadas solicitações, da parte de alguns deputados, de elementos de esclarecimento complementar à informação prestada em determinadas propostas da Câmara Municipal.

- Moções/Recomendações que baixaram à Comissão:

Na reunião da Comissão realizada em 20 de abril de 2018, foi apreciada uma Recomendação apresentada na Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2018, denominada “Pela adoção de software livre no município”.

A Comissão decidiu não emitir parecer, por falta de dados e por existir indicação, da parte do Sr. Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Paulo Hortênsio, de que existiriam incompatibilidades entre o software livre existente e as aplicações informáticas específicas utilizadas pelos serviços da Câmara Municipal.

- Existência ou não de constrangimentos à sua atividade e ao seu desempenho:

A Comissão não registou qualquer constrangimento à sua atividade ou desempenho.

O Presidente da Comissão



Afonso Luz (*)

(*) O signatário, embora membro desta Comissão desde o início do mandato, exerce a função de Presidente da Comissão apenas a partir da reunião de 22/06/2021, por renúncia ao mandato por parte da anterior Presidente.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL
COMISSÃO EVENTUAL “ARRÁBIDA SEM CARROS
RELATÓRIO

1) Criação e Objeto

A Comissão Eventual de Acompanhamento “Arrábida sem Carros”, adiante designada por CEASC, foi constituída pela Proposta apresentada pelo CDS-PP e aprovada por unanimidade na reunião da Assembleia Municipal de Setúbal de 29 de Junho de 2018.

A referida Proposta fixou o objeto da Comissão nos seguintes termos:

“Na sequência dos recentes acordos de delegação de competências na gestão dos apoios e equipamentos das praias, bem como o acordo de gestão para a conservação e operação do troço da EN 379-1, que dá acesso às várias praias na Serra da Arrábida, tratando-se de novas atribuições que permitiram que o Executivo Municipal apresentasse e implementasse o programa “Arrábida sem Carros”.

Sendo esta uma matéria de enorme complexidade, e que pretende resolver um problema que se arrasta há décadas, e que se prende com a circulação de pessoas e viaturas no acesso às praias da Arrábida, e da necessidade de melhorar as condições de mobilidade dos cidadãos, adequando e as infraestruturas, e melhorando a qualidade e a acesso generalizado em transporte público.

Entendemos que esta Assembleia Municipal pode e deve participar na avaliação das soluções apresentadas e contribuir para a apresentação de propostas de melhoria, sabendo tratarem-se de objetivos ambiciosos e que em alguns casos obrigam a alterações de hábitos e comportamentos.

Esta será certamente a melhor forma de dignificarmos o papel dos autarcas e dos órgãos municipais.”

2) Composição, prazo inicial e duração dos trabalhos

A composição da CEAASC foi fixada na proposta aprovada, sendo a mesma composta por um elemento indicado por de cada partido ou coligação representadas nesta Assembleia Municipal, tendo a mesma uma duração de seis meses.

Os elementos que compõem a Comissão são os seguintes:

João Afonso Almeida da Silva Luz – CDU

Carlos Manuel da Conceição Batista – PS

António Miguel da Costa Ferreira – PSD

Vítor Manuel Freitas Rosa – BE

Maria Suzel Costa de Sousa – PAN

João Paulo Barros Viegas – CDS-PP

Celestina Maria Agostinho Brito Neves – Azeitão no Coração

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL**COMISSÃO EVENTUAL “ARRÁBIDA SEM CARROS
RELATÓRIO**

Os elementos que compõem esta comissão tomaram posse em reunião da Assembleia Municipal, sendo que a presidência da CEASC fica assegurada pelo elemento indicado pela CDU, João Afonso Luz

O prazo para o funcionamento da CEASC foi alargado na Assembleia Municipal de 16 de Novembro de 2018 por mais três meses.

Na reunião da CEASC realizada a 14 de Março de 2019, foi deliberado que o relator do relatório desta comissão é o elemento indicado pelo CDS, João Viegas

3) Reuniões e Metodologia

A CEASC realizou 5 reuniões e 1 visita

Na 1ª reunião da CEASC foi definida a seguinte metodologia:

Na primeira reunião da CEASC, realizada no dia 24 de Julho, foi consensualizada a necessidade de recolha de diversos dados e elementos que permitam o aprofundamento da análise e reflexão sobre o objeto da Comissão. Nesta reunião ficou igualmente definida a realização de uma visita dos membros desta comissão para vivenciar todo o modelo implementado pela CMS na época balnear de 2018, designadamente no que diz respeito aos acessos rodoviários, aos parques de estacionamento e praias da Arrábida.

Assim, com vista à Comissão poder desenvolver o seu mandato, na posse de alguns dados, foi solicitado junto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal que diligenciasse junto da Câmara Municipal de Setúbal a resposta às seguintes questões, colocadas em 22 de Agosto:

1. Número de bilhetes vendidos para as praias da Arrábida pelos TST, até 15 de Agosto, número de bilhetes vendidos em anos anteriores e, se possível, uma estimativa do número de passageiros que utilizaram o serviço de vai e vem no percurso Figueirinha-Creiro-Figueirinha.
2. Descritivo dos investimentos realizados e previstos realizar pela Câmara nas praias da Arrábida e no troço da EN 379-1;
3. Eventuais relatórios já produzidos pelas forças de segurança e proteção civil;
4. Eventuais contratos entre a Câmara Municipal e as entidades que cederam lugares de estacionamento – Alegro e Secil. Que tipo de acordo foi estabelecido e em que condições?
5. Qual a razão para as Freguesias do Sado e de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra não terem sido contemplados com a mesma prioridade pelo atual sistema de transportes coletivos para as praias da Arrábida?

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL

COMISSÃO EVENTUAL “ARRÁBIDA SEM CARROS

RELATÓRIO

6. Existe algum seguro do ramo incêndios que acautele o risco de incêndios existente para as viaturas estacionadas nos diversos parques de estacionamento não ordenados e com grande exposição solar constituindo um risco acrescido?
7. Foi feito algum levantamento dos constrangimentos gerados pelas mudanças de autocarro e os tempos de espera para se ir para as praias (Figueirinha-Creiro-Portinho da Arrábida), quer para quem se desloca a partir da cidade, quer para quem vem de Azeitão?
8. Existe ou não um plano de Emergência e de Segurança específicos para aquela zona do território do concelho durante a época balnear e que seja fornecido;
9. Quais os custos que a Câmara incorre com a implementação do “Arrábida sem Carros” durante a época balnear?
10. Existe algum estudo sobre os expectáveis impactos económicos sobre os operadores turísticos, empresas e outras atividades locais a funcionar na zona?
11. Qual a justificação para o estacionamento pago na Figueirinha como a primeira medida anunciada para implementar pela CM de Setúbal quando a problemática a resolver era um problema de segurança nas acessibilidades às praias e à Serra da Arrábida?
12. Quais os argumentos das entidades responsáveis pela Estrada EN-379-1 para a não adoção de medidas capazes de resolver os problemas identificados?
13. Quais os motivos que levaram a Câmara Municipal a adotar esta solução e o que motivou a vontade da IP transferir provisoriamente a gestão do troço da estrada junto às praias?
14. Os serviços da Câmara Municipal avaliaram soluções alternativas às encontradas, quais e porque foram postas de lado?

A visita da CEASC, decorreu no dia 14 de Setembro de 2018 e contou com a presença, em representação do Executivo Municipal do Sr. Vereador Carlos Rabaçal e do técnico do Município, Prof. José Fernandes.

Da CEASC, realizaram a visita os seguintes elementos:

Jerónimo Lopes (CDU) em substituição de João Afonso Luz; Carlos Batista (PS); Costa Ferreira (PSD); Vítor Rosa (BE); Suzel Costa (PAN) e João Viegas (CDS)

Nesta visita, foi realizado o percurso efetuado pelos autocarros afectos ao projeto com passagem pelos parques de estacionamento de retaguarda situados no “Allegro” e Várzea de Setúbal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL

COMISSÃO EVENTUAL “ARRÁBIDA SEM CARROS

RELATÓRIO

No percurso realizado para as diversas praias da Arrábida, foram efetuadas paragens nas Praias de Albarquel; Figueirinha; Galapos; Creiro e Portinho da Arrábida.

Nestas paragens foram dadas explicações das medidas implementadas em 2018, bem como de algumas ideias de melhoria a ser implementadas no futuro.

Foi igualmente efetuada uma paragem e visita ao Eco Parque do Outão.

A resposta às questões e solicitação de dados foram enviados aos membros desta comissão em 14/11/2018.

Serão anexos a este relatório os seguintes documentos:

- Requalificação e Reabilitação da zona costeira do Concelho de Setúbal
- Intervenção nas praias biénio 2018-2019
- Plano Intermunicipal de defesa das florestas contra incêndios
- Plano Municipal de emergência e proteção
- Ofício 140-18 de 13/11/2018

Em reunião realizada no dia 27/11/2018 para análise dos dados e respostas recebidas, deliberou a CEASC solicitar esclarecimentos adicionais cuja resposta foi efetuada através do Ofício 023-19 de 13/2/2019 e que será anexo ao presente relatório.

A CEASC reunida a 28/03/2019 apreciou os esclarecimentos prestados e deliberou indicar como relator da Comissão, o eleito indicado pelo CDS, João Viegas, sendo consensualizado que este enviaria a todos os membros da Comissão um esboço de Relatório, sujeito aos contributos e sugestões de todos.

Tendo o relator enviado por correio eletrónico a proposta de Relatório a 12 de Abril, bem como sugestões de recomendação, foram rececionadas sugestões para as recomendações do representante da CDU, João Afonso Luz, a 22 de Abril, e do representante do PS, Carlos Batista, a 29 de Abril. E de referir que o representante do PSD só teve acesso ao documento referido depois de ter contactado com o relator João Viegas, ou seja, no 22 de abril, dando nota de não ter recebido o e-mail (problema na caixa de correio).

Em 22 de Maio de 2019, a Câmara Municipal aprova a proposta Nº 10/2019/DCIRT/DITUR, da qual consta o anexo III – Relatório de Balanço da Atividade Respeitante à Época Balnear 2018; documentos que a CEASC não conhece formalmente.

Em 28 de Maio, a Comissão volta a reunir com o objetivo de concluir o Relatório Final, data em que toma conhecimento por correio eletrónico datado do dia anterior, assinado pelo representante do PS na Comissão Permanente, dando nota da decisão deste Partido abandonar a CEASC, não tendo até ao momento sido rececionada pela CEASC qualquer comunicação do membro da Comissão, Carlos Batista.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL**COMISSÃO EVENTUAL “ARRÁBIDA SEM CARROS****RELATÓRIO**

Nessa mesma reunião, foi consensualizado que face à apresentação e aprovação prévia, por parte da Câmara Municipal, das medidas a implementar em 2019, a Comissão não iria apresentar recomendações, limitando-se o Relatório a dar nota do trabalho realizado pela CEASC e a conter nas conclusões a demonstração das razões que conduziram à demora na elaboração do referido Relatório. Nesse sentido, ficou o representante da CDU e Presidente da CEASC responsável por elaborar e colocar à consideração da Comissão uma proposta de texto que finalizasse o capítulo das Conclusões. Ainda nesta reunião, o representante do PSD, Costa Ferreira, apresentou um documento intitulado “Posição do PSD na CEASC” que, posteriormente, por correio eletrónico, deu conhecimento a todos os membros da Comissão.

A 6 de Junho é recebida por correio eletrónico a proposta final de Relatório, sujeita a eventuais contributos e sugestões dos membros da Comissão. Tendo o representante do PSD, Costa Ferreira, e o representante do BE, Vitor Rosa, manifestado o seu desacordo face ao consenso obtido na reunião de 28 de Maio, propondo que o Relatório contenha outros elementos para além dos anteriormente acordados.

A CEASC voltou a reunir-se no dia 17 de Junho, reapreciando todo o Relatório e mandatando o representante da CDU, João Afonso Luz, de introduzir novas alterações ao documento que procurassem integrassem as novas sugestões, visando aprovar o Relatório em reunião a realizar no dia 21 de Junho, ainda a tempo de incluir a ordem de trabalhos da Sessão Ordinária de Junho da Assembleia Municipal.

4) Conclusões

A CEASC, através da análise dos documentos apresentados concluiu:

Face ao historial de estacionamento abusivo nos acessos às Praias da Arrábida, considerando a necessidade de preservar as condições de acesso, mobilidade e segurança dos cidadãos a esta área natural protegida, preservando de igual modo, o ambiente e proteção da fauna e flora ali existente, promovendo hábitos saudáveis, que seria de extrema urgência a implementação de um plano estruturado e adequado.

Considerando igualmente que as entidades com responsabilidades nesta área e ao longo das últimas décadas, não souberam adequar os equipamentos e as infraestruturas existentes com vista à utilização e fruição do espaço com garantias de segurança, evitando a implementação de soluções que não seriam consensuais e permitindo o arrastar de uma situação que se tornou insustentável.

Não ser possível no período de uma só época balnear resolver todos os constrangimentos existentes.

Que devem ser estabelecidas metas objetivas para a implementação das medidas e do estudo do impacto das mesmas junto dos utilizadores e dos concessionários.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL

COMISSÃO EVENTUAL “ARRÁBIDA SEM CARROS

RELATÓRIO

Cumprе referir que o funcionamento desta Comissão Eventual ficou marcado pela demora na obtenção de dados e esclarecimentos solicitados à Câmara Municipal, quer pela necessidade de se esperar pelo fim da época balnear de 2018, quer pelo tratamento prévio dos dados, determinando atrasos na conclusão da sua missão precipitando a não utilidade e a inoportunidade do mesmo para a época balnear de 2019.

Estes atrasos impediram que a produção deste Relatório e a sua apreciação em Assembleia Municipal pudessem ter ocorrido a tempo de integrar a Ordem de Trabalhos da sessão ordinária de Abril, ou seja, que este Relatório pudesse estar concluído previamente ao anúncio, pela Câmara Municipal, das medidas do programa Arrábida Sem Carros para 2019 que, naturalmente, para decisão da Câmara e posterior informação da população teria de ocorrer antes do início da época balnear. Refira-se, ainda, que a Câmara Municipal não deu formalmente conhecimento à Comissão das medidas e dos documentos de suporte à proposta do Programa Arrábida Sem Carros para 2019. Situações, estas, que necessitam de uma reflexão aprofundada e que sejam tomadas as medidas que se considerem adequadas e consentâneas para a salvaguarda do normal funcionamento de futuras comissões.

Em todo o caso, mesmo optando por não fazer Recomendações, tratando-se de um Relatório que faz uma análise possível das medidas tomadas, não deixa a Comissão de o submeter à apreciação da Assembleia Municipal, dando conta do trabalho desenvolvido pela Comissão e da apreciação geral do programa “Arrábida Sem Carros”.

Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade

Intervenção sobre actividades no mandato 2017-2021



A CAUM tomou posse a 06 de Fevereiro de 2018, após revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal, nomeadamente no que respeita à reestruturação das suas Comissões de Trabalho, sua composição e necessidade identificada de dotar cada uma de regulamento que estabelecesse claramente o âmbito, objetivos e normas de procedimento.

Desde logo a CAUM assumiu pioneirismo, tornando-se, no seu anteprojecto, modelo para o desenvolvimento deste instrumento.

A Comissão reuniu, ao longo do mandato, por 34 vezes, às quais se aditam outras 3 audições (Relativas a petições), 3 visitas (CROAC, Convento de Jesus e ETAR) e 3 apresentações técnicas (Criação de Pombais Contraceptivos e Alimentação de Animais na Via Pública – vereadora Carla Guerreiro e Alexandra, sinistralidade rodoviária/recolha de animais caso catástrofe – vereador Rabaçal e Comandante dos Sapadores/Protecção Civil e Projeto “Praça Rio” – Arq. Nuno Viterbo).

A parte mais visível da actividade da Comissão refere-se à preparação da Ordem de Trabalhos para as Sessões no seu âmbito, e emissão dos respectivos pareceres, tendo igualmente desenvolvido intensa actividade no aprofundamento da discussão acerca de propostas de moção e recomendação remetidas pelo plenário.

Contou com a presença regular de membros do Executivo e de Técnicos Municipais.

Conclusões ou linhas de reflexão para o futuro:

1. Avaliar a subdivisão do âmbito em novas Comissões, considerando a diversidade, importância e complexidade das áreas de incidência:
 - Questões do Urbanismo e Habitação
 - Questões da Mobilidade
 - Questões do Ambiente e da Protecção Animal
 - Questões da Protecção Civil
2. Composição e representatividade a ponderar, valorizando tanto a participação diversa como a eficácia da Comissão;
3. Apoio, procedimentos, actas. As actas das comissões devem merecer maior atenção de todos os eleitos e integrarem a pasta do expediente na Internet;

Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade

Intervenção sobre actividades no mandato 2017-2021

4. Melhorar a ligação das Comissões à Mesa e à Comissão Permanente;
5. Valorizar e efectivar propostas de iniciativas externas, sobre temas pertinentes abordados pelas Comissões, dando atenção à necessária disponibilidade de meios e mobilizando a participação dos eleitos;
6. A importância de regularizar a elaboração de plano de actividades e relatório, quer de mandato, quer anual.

Nota final:

Não ensombrando a valorização do intenso trabalho realizado e o que significou de progresso e aprofundamento dos temas ficam como maiores motivos de insatisfação:

- A falta de relatório específico da Comissão, com balanço da actividade realizada, mas sobretudo sistematizando ensinamentos e linhas de trabalho para o futuro;
- A falta de articulação, no que respeita a 2 iniciativas do PSD, dando sequência à discussão efectuada sobre sinistralidade rodoviária e concretizando a iniciativa proposta em Dezembro passado, bem como não ter regressado ao Plenário a recomendação sobre o Conselho Municipal de Ambiente, despachada na mesma altura.

O Presidente da CAUM



Jerónimo Lopes